

Sismuc elege delegados para congresso de municipais em Maringá Pág. 04

NA SAÚDE

Sismuc e Prefeitura debatem transição de cargos para enfermagem. Assembleia marcada para o dia 15 Pág. 06



NEM TENTA
O aumento da passagem de transporte coletivo também prejudica os municipais Pág. 04

Jornal do

SISMAUC

NÓS FAZEMOS A LUTA

SISMUC
SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CURITIBA

Edição 121 | FEV 2016

www.sismuc.org.br | |

Filiado a:

fessmuc **CONFETAM** **CUT**
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS - CUT



Pra cima deles,

MUNICIPAIS!

CAMPANHA DE LUTAS 2016

Sismuc entrega a pauta geral e as específicas da Campanha de Lutas e convoca os servidores para pressionar a gestão Pág. 03

O JORNAL DO SISMUC entrevistou o presidente da APP-Sindicato, Hermes Leão. Ele comenta casos de corrupção e pautas não cumpridas pelo governo estadual. Pág. 05



EXPEDIENTE



Sindicato dos Servidores públicos Municipais de Curitiba

Rua Monsenhor Celso, 225, 9º andar
Centro | Cep: 80.010-150 - Curitiba/PR
Telefone/fax: (41) 3322-2475
Email: imprensa@sismuc.org.br
Site: www.sismuc.org.br

Jornal. Respons.: Manoel Ramires (DRT 4673)
Jornalistas: Pedro Carrano (MTb 5064)
e Phil Batiuk (MTb 10530)
Diagramação, charges e ilustrações:
Ctrl S Comunicação (www.ctrlscomunicacao.com.br)
Revisão: Soraya Zgoda
Impressão: Gráfica Mansão
Tiragem: 3 mil exemplares

DIRETORIA DA GESTÃO **NÓS FAZEMOS A LUTA**

Coordenação Geral: Irene Rodrigues dos Santos
Coordenação de Administração: Giuliano Marcelo Gomes
Coordenação de Finanças: Rosimeire Aparecida Barbieri
Coordenação de Estrutura: Jonathan Faria Ramos
Coordenação de Comunicação e Informática:
Soraya Cristina Zgoda
Coordenação de Assuntos Jurídicos:
Adriana Claudia Kalckmam
Coordenação Formação Estudos Socioeconômicos:
Juliano Rodrigo Marques Soares
Coordenação de Políticas Sindicais: Liliane Rute Cotinho
Coordenação de Organização por Local de Trabalho:
Cathia Regina Pinto de Almeida
Coordenação de Juventude:
Juliana de Fátima Mildemberg de Lara
Coordenação de Saúde do Trabalhador: Antônia Ferreira
Coordenação de Aposentados: Natel Cardoso dos Santos
Coordenação de Mulheres: Maria Aparecida Martins Santos
Coordenação de Raça: Dermeval Ferreira da Silva
Coordenação de Movimentos Sociais:
Casturina da Silva Berquo

Tem uma ideia legal de texto? Escreva e envie para a Coluna do Leitor do Jornal do Sismuc: imprensa@sismuc.org.br



O desafio da negociação com a gestão

No Brasil, o reconhecimento do direito à greve e organização sindical dos servidores e servidoras públicas foi efetivado somente com a Constituição Federal de 1988, comparando com setor privado que tem a legislação aprovada em 1943 e que além do direito à greve e organização sindical prevê as regras para negociação e contratação coletiva expressa na CLT.

O grande desafio do movimento sindical no serviço público é regulamentar as relações de trabalho no serviço público entre sindicato e administração pública. No país, não há regras que definem a negociação coletiva como procedimentos, prazos, e principalmente responsabilidades de ambas as partes pelo não cumprimento do acordo. Isso porque no Brasil não se regulamentou a convenção 151 da OIT e, portanto, não há segurança jurídica. Apesar de toda a capacidade de pressão dos sindicatos de servidores e servidoras, os acordos coletivos firmados dependem da boa fé da gestão pública para o seu cumprimento.

Em Curitiba temos um exemplo positivo: a data base conquistada pelo Sismuc. Ela obriga a gestão municipal receber a pauta geral e as pautas específicas. Isso é um avanço, pois, ainda a casos que gestor público simplesmente não recebe a pauta. E nada o obriga receber. Entretanto, falta em Curitiba, é a regulamentação dos demais procedimentos e nem prevê sanções para o não cumprimento de prazos.

Assim, a gestão municipal se sente confortável e segura em responder nossas demandas conforme a sua vontade política. Ou ainda pior cumprir ou não o acordado, adiando prazos estabelecidos e simplesmente suspendendo direitos conquistados na mesa negociação e muitas vezes

frutos de greves dos servidores e servidoras.

Exemplos não faltam como o decreto do calote de dezembro de 2014, ou descasos e demora nas conquistas da educação infantil, (implementação do PCCV e eleição para diretores do CMEI) a ação arbitrária na definição dos descritivos de função dos trabalhadores de escolas, os constantes descasos com os trabalhadores da saúde. Isso tudo é possível, pois, na ausência de legislação que defina procedimentos, prazos e responsabilização da prefeitura. Isso gera um cenário de conflitos constantes com greves e desgastes para os servidores e para o Sismuc. E principalmente quebra de confiança entre os servidores e servidoras com a gestão pública.

A solução para parte desses conflitos seria de fácil resolução se tivéssemos mesas permanentes de negociação com capacidade resolutive. Existem no Brasil várias experiências de negociação coletiva no setor público, dentre as quais podem ser citadas: a instituição da Mesa Nacional de Negociação Permanente do Sistema Único de Saúde e o Sistema de Negociação Permanente da Administração Municipal de São Paulo. Essas experiências têm suas regras de negociação formalizadas

detalhadamente em estatutos específicos (convênio, regimentos, protocolos, portarias etc.), negociados e firmados de comum acordo pelas partes (governo e representações sindicais).

Mas o que precisamos urgentemente é aprovar na Câmara Federal do projeto de lei 397/15, de origem no Senado Federal, que institui a negociação coletiva no serviço público municipal, estadual e federal. Assim finalmente estaremos dando o primeiro passo rumo à isonomia de direitos ao setor privado, faltando ainda regulamentar o direito de greve no setor público. ▲

“ Em Curitiba temos um exemplo positivo: a data base conquistada pelo Sismuc. Ela obriga a gestão municipal receber a pauta geral e as pautas específicas ”

SERVELINO, o servidor



PRA CIMA DELES. Neste mês começam as negociações com a gestão sobre a data-base e pautas específicas dos municipais

Sismuc entrega a pauta e quer Audiência Pública

CMC Sismuc realiza na Câmara Municipal audiência pública sobre a Campanha de Lutas

Pedro Carrano

Por Manoel Ramires

“**P**ra cima deles, municipais”. Esse é o tema da Campanha de Lutas 2016 que se inicia em fevereiro. A ideia é mobilizar os trabalhadores e ir para cima das pautas que não avançaram na gestão Fruet, seja de forma geral ou por categoria. Foco no reajuste salarial que traga ganhos reais, na melhoria das condições de trabalho, em planos de carreira e na defesa do IPMC e ICS. Destaque também para campanhas por categoria, como plano de carreira por segmento, aposentadorias especiais, gratificações por desempenho de atividades e incorporações, entre outros.

A campanha tem início com a entrega da pauta geral à Prefeitura de Curitiba e se estende, pelo menos, até 31 de março (data-base). Além disso, o Sismuc pretende marcar uma audiência pública na Câmara Municipal ainda em fevereiro, como explica a coordenadora de comunicação Soraya Zgoda: “Nós queremos o engajamento dos vereadores na nossa pauta, ainda

mais em ano eleitoral. Nós vamos pra cima deles, pois entendemos que a cidade só avança com a valorização dos trabalhadores”, contextualiza.

CALENDRÁRIO ELEITORAL. Após a entrega da pauta devem ser estabelecidas as mesas de negociação com relação a cláusulas econômicas, trabalhistas e sociais. Neste período também se definem o calendário das pautas específicas. Por causa da eleição municipal, período de negociação em 2016 é mais curto.

Segundo o Tribunal Superior Eleitoral, as nomeações e exonerações, por exemplo, só podem ocorrer até dois de julho. “Nomeação dos aprovados em concursos públicos homologados até 2 de julho de 2016”, estabelece o TSE. Isso é fundamental para os servidores, pois até o fim do ano o quadro de trabalhadores fica inalterado.

A legislação também restringe que os prefeitos se promovam com relação a inaugurações de obras públicas: “Data a partir da qual é vedado a qualquer candidato comparecer a inaugurações de obras públicas”, sentencia.

ADMINISTRATIVOS ELEGEM COMISSÃO QUE BUSCARÁ NOVO PLANO DE CARREIRA

▶ Os Agentes Administrativos se reuniram para formar comissão que busca um Plano de Carreira próprio para a categoria. A avaliação é de que a lei 11.000/04 tem inibido avanços dos trabalhadores. Também foi aprovada pauta específica a ser entregue neste mês como parte da Campanha de Lutas 2016.

Os principais objetivos são conquistar isonomia salarial dos agentes administrativos no salário base, corrigir distorções salariais propiciadas em relação às demais categorias, dar condições salariais compatíveis com as atividades desempenhadas, definir o ingresso na carreira a partir do ensino médio e estimular capacitação continuada e valorização do cargo. ▲

“CARTÕES POSTAIS” SEM FISCAIS

Espaços públicos têm carência de fiscalização, prejudicando o turismo

por Pedro Carrano

Para que o turismo seja atraente ao público, por trás disso é preciso condições de trabalho, para que o fiscal garanta parques públicos limpos, serviços legalizados, com segurança aos visitantes.

Isso é possível hoje em Curitiba? Para os fiscais de urbanismo e meio-ambiente, não. O Sismuc visitou o Jar-

dim Botânico, talvez o principal cartão postal da cidade. No local, foi vista a presença de um único fiscal de urbanismo. De acordo com funcionários, a guarda municipal atua pouco ali.

“O povo nem sempre percebe que cuidar do parque não é só manter ele limpo, mas também cuidar do bem estar dos visitantes, fiscalizando, por exemplo, se os cães usam focinheira”, exem-

plifica Giuliano Gomes, coordenador do Sismuc.

Hoje, a falta de efetivo sobrecarrega o servidor e gera desvios de função. Carina (nome fictício) é agente administrativa, mas era obrigada naquele momento a carregar plantas e vasos no Jardim. “Faltam funcionários”, exclama.

O OUTRO LADO. Por meio de assessoria de imprensa, a

Secretaria Municipal de Recursos Humanos informa que “Os servidores são alocados nos postos de trabalho conforme a necessidade habitual

do serviço, e que não há déficit geral nos quadros, apenas situações pontuais, que são resolvidas conforme as possibilidades de momento”. ▲



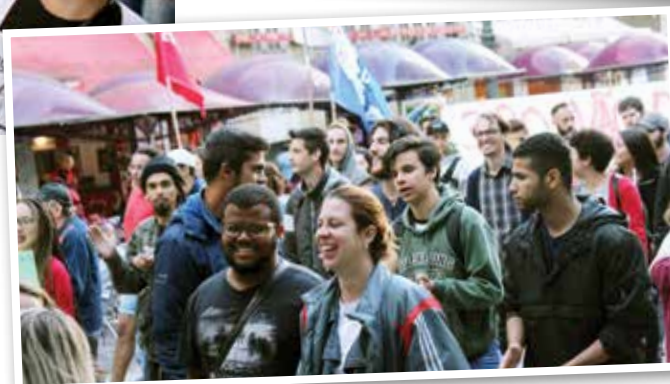
Turismo é prejudicado se não há condições para fiscais nos espaços públicos

Pedro Carrano

TARIFA. Prefeitura aumenta passagem para R\$ 3,70 e domingueira para R\$ 2,50. Em vez de contratar frota pública e reduzir tarifa-técnica, Fruet toma lado das empresas



Fotos: Phil Batiuk



Estudantes realizaram o 1º ato contra o aumento da tarifa em 22 de janeiro

Luta contra o aumento da tarifa envolve o servidor público municipal

Por Phil Batiuk

Desde segunda, 1º de fevereiro, a passagem do transporte coletivo aumentou em R\$ 0,40. Além disso, há a possibilidade de novo tarifação ainda este mês, de acordo com Roberto Gregório da Silva Júnior, presidente da Urbs, que administra o sistema.

“Estamos prevendo que a partir de fevereiro vamos ter que pagar às empresas uma massa relativa ao aumento do salário dos motoristas e cobradores. Então precisamos garantir o caixa para essa operação”, afirmou, em entrevista coletiva na sexta-feira anterior ao aumento (29).

Casturina Berquó, da coordenação do Sis-

muc, compareceu ao ato contra o aumento, no dia 22, e criticou a postura do prefeito. “Fruet prometeu na campanha mexer na ‘caixa-preta’ das empresas do transporte. Agora (o aumento) para o servidor fica pesado, enquanto os empresários estão enriquecendo”. Ela faz referência ao fato de que a atual tarifa já é superfaturada e garante lucros extraordinários para as empresas.

CAIXA-PRETA. A família Gulin sozinha é dona de quase 70% da frota e controla empresas nos três consórcios licitados em 2009. O processo de “concorrência” deu origem ao contrato que rege o sistema. Nele, existe uma cláusula que prevê o “equilíbrio econômico e financeiro das empresas”.

“Aí eles dizem que estão operando no vermelho, sofrendo prejuízo, e usam essa cláusula contratual para forçar um aumento, alegando que não têm dinheiro para pagar o salário dos funcionários. Isso força uma greve, porque o trabalhador não vai ficar quieto e vai parar”, expõe Lafaiete Neves, professor e militante da Frente Popular do Transporte.

FROTA PÚBLICA. Por decreto, o prefeito Gustavo Fruet pode, a qualquer momento, contratar frota pública, motoristas e cobradores para operá-la. A solução é defendida por Lafaiete, já que a justificativa para o aumento é que romper o contrato resultaria em multa, ficando a “emenda” pior que o “soneto”.

Fato é que opções não faltam à quebra do contrato, que é considerado ilegal por comissão própria da Prefeitura, pela CPI da Câmara de Vereadores, por auditoria contratada por movimentos sociais e por unanimidade pelos conselheiros do Tribunal de Contas do Paraná.

Outra ação que poderia ser tomada pelo poder público é a revisão da tarifa-técnica, considerada irregular pelas entidades. Os levantamentos realizados, dos quais Lafaiete participou, apontam que dezenas de itens podem ser retirados, o que reduziria a passagem. Um deles é o imposto de renda das próprias empresas, a título de exemplo. ▲

MUNDO SINDICAL. Federação dos municipais do PR contará com participação unitária da capital

Sismuc elege 50 representantes para Congresso da Fessmuc

Por Phil Batiuk

Em assembleia, os municipais de Curitiba elegeram delegação de 50 pessoas para representar a categoria no Congresso da Fessmuc - Fe-

deração dos Sindicatos dos Servidores Públicos Municipais Cutistas do Paraná. Suplência ainda conta com outros 15.

ORGANIZAÇÃO. No Paraná, 31 entidades de classe filiadas à Central Úni-

ca dos Trabalhadores planejam ações conjuntas para avançar suas pautas. Participam do Congresso 135 representantes das cidades federadas. Ocorre, também, eleição da diretoria da Fessmuc para o próximo período.

Em pauta no encontro, o enfrentamento à retirada de direitos. “É o caso das candidaturas apoiadas por Beto Richa, o inimigo do povo”, aponta Irene Rodrigues, coordenadora geral do Sismuc. ▲

HERMES LEÃO. Presidente da APP Sindicato, descreve a relação dos professores com o governo Beto Richa e comenta casos de corrupção

“É um governo que não valoriza a educação”, avalia Hermes

por Manoel Ramires

JORNAL DO SISMUC: Qual é a sua principal recordação do dia 29 de abril?

Hermes Leão: O ferimento físico e aquele sentimento de um ataque moral à Educação. Uma cena muito forte foi ver os policiais apontando armas para os rostos das pessoas. Ali a gente percebia que a polícia executava uma violência planejada. As ações judiciais por parte do governo e da Assembleia Legislativa do Paraná indicavam neste sentido também. Para mim, ficou marcado ver sangue nos rostos das pessoas que foram atingidas por balas à queima roupa. Por pouco não tivemos morte na rua ou até dentro da Alep.

JS: O governador insiste em responsabilizar os manifestantes pelo massacre. Qual é a sua percepção sobre isso?

HL: Quando a gente observa toda cronologia do pós dia 29 de abril, a gente percebe que o governador Beto Richa mudou suas versões pelo menos três vezes. A responsabilização dos manifestantes, numa versão, foi desmentida pela imprensa em nível local, nacional e mundial. Ficou claro que não havia black blocs infiltrados na manifestação. Mesmo que tivesse, isso não justificaria o excesso de violência. Depois disso, o governador mudou a versão e pediu desculpas em nome dos professores sem ter dialogado com ninguém. Ele se colocou como vítima, tentando mudar a opinião da sociedade. O que não pegou. Deve ser por isso que ele voltou a atacar a APP-Sindicato. Sua intenção é partidarizar o debate e insistir em uma tese que gere

dúvida na opinião pública. Em resumo, isso expõe sua qualidade como governante. Um dirigente público precisa ter responsabilidade em sua fala e dar direção. Mas ele segue titubeando e isso refletiu na demissão do secretário de segurança (Fernando Francischini) e do comando da PM.

JS: A violência simbólica prosseguiu ao longo do ano e em 2016. Um caso é a demissão dos professores temporários.

HL: O governador poderia prorrogar por um ano os contratos temporários dos professores. Para os funcionários, era impossível, pois havia atingido os dois anos de serviços prestados. Mas o governo optou por cortar o contrato. Mesmo com os professores temporários respondendo as aulas do período da greve. Tem um percentual alto de escolas que vão concluir o ano letivo no mês de fevereiro. Então, do ponto de vista pedagógico, seria absolutamente necessário que os contratos fossem prorrogados para que os estudantes não tivessem troca de professores para três ou quatro semanas de aula. Mas o governo só se importou com a redução de gastos, prejudicando os trabalhadores e estudantes.

JS: Por que o governo estadual tinha a intenção de fechar escolas?

HL: Tinha objetivo econômico. Nós temos tido redução de matrículas por causa da redução de população. Isso leva a salas ociosas no médio e longo prazo. Atualmente, temos colégios que reduziram as turmas de 40 para 22. Isso é um dado. Contu-



App Sindicato/Joka Madruga

“ É um quadro dramático estrutural em escolas no Paraná de um governo que reduziu os investimentos em R\$ 600 milhões ”

Hermes Leão, Presidente da APP Sindicato

do, ao invés de fechar escolas nas cidades, o governo deveria implementar escola em tempo integral. E para isso falta estrutura. Por isso, as salas ociosas deveriam ser ocupadas por ensino integral. Beto Richa, para se reeleger, prometeu 500 escolas em tempo integral. Principalmente em áreas mais empobrecidas. Mas isso não ocorreu. O governo também não enfrenta a evasão escolar desses jovens que largam os estudos para trabalhar. Outro ponto é o analfabetismo que é alto no estado. Logo, com essas três demandas haveria sim a necessidade de mais escolas. Mas o governo tem a política do estado mínimo, assim como em São Paulo e Goiás, que privatiza a educação.

JS: Como o senhor tem visto a “Operação Quadro Negro” e outros problemas administrativos?

HL: A Operação do Gaeco é muito importante. Ela vincula pessoas diretamente ligadas ao governador Beto Richa e a vice-governador Cida Borguetti, que teve seu irmão preso. Mais recentemente a divulgação de deputados governistas ligados à corrupção. Isso é um crime frente a uma infraestrutura tão precária como a gente tem. Esse processo, quando um governo que assumiu necessitar de R\$ 2 bilhões para recuperar prédios, deixa escorrer um ralo de desvio de dinheiro importantíssimo. Em contrapartida, temos escolas com quadras

descobertas e em péssimas condições. O que temos, na realidade, é um quadro dramático estrutural em escolas no Paraná de um governo que reduziu os investimentos em R\$ 600 milhões em 2015. Logo, a denúncia é muito grave e nós devemos cobrar as autoridades pela correta apuração do caso.

JS: O governo cumpriu os compromissos do período da greve?

HL: O governo Beto Richa é de promessas e pouca execução. Ele não atendeu as pautas. Negou a licença prêmio dos servidores, que é um direito. Adiou o PDE (Programa de Desenvolvimento Educacional), que libera os professores de sala para formação. Não tivemos o pagamento da diferença do Piso Nacional da Educação. E as próprias perdas com a data-base. Houve também atraso no pagamento de promoção de professores e funcionários de escola. Sem contar a criminalização de salários com a divulgação pelo Portal da Transparência, distorcendo números. É um governo que não valoriza a educação. Por isso a avaliação é negativa por parte dos professores.

JS: O que esperar em 2016 e que lutas travar?

HL: Nós continuamos a campanha da “Escola como Território de Lutas e Resistência” porque compreendemos que temos três anos num processo de muita luta para tentar avançar. ▲

DESCRITIVOS DE FUNÇÃO. Sismuc apresenta à gestão solução para entraves na enfermagem

Proposta depende da aprovação da secretária de recursos humanos e do secretário de saúde

por Phil Batiuk

Aconteceu no dia 25 de janeiro a última mesa de negociação sobre os novos descritivos de função de auxiliares (parte especial/transição) e técnicos de enfermagem. O sindicato dos municipais de Curitiba apontou que foi inviável o prazo de sete dias úteis, imposto pela Prefeitura, para resposta final sobre a proposta apresentada.

Conforme levantado pelo

Dr. Ludimar Rafanhim, advogado do Sismuc, trata-se de um documento em que as funções se confundem, o que pode levar a desvios. O sindicato também levantou a ausência de parecer técnico do Conselho Regional de Enfermagem (Coren-PR) a respeito dos descritivos propostos. “Queremos dar segurança jurídica aos trabalhadores que já atuam nas equipes hoje e também aos novos colegas que serão contratados por meio de concurso público. Para isto, é

preciso aprofundar o debate sobre o que foi apresentado pelos gestores”, explica Irene Rodrigues, coordenadora-geral do sindicato.

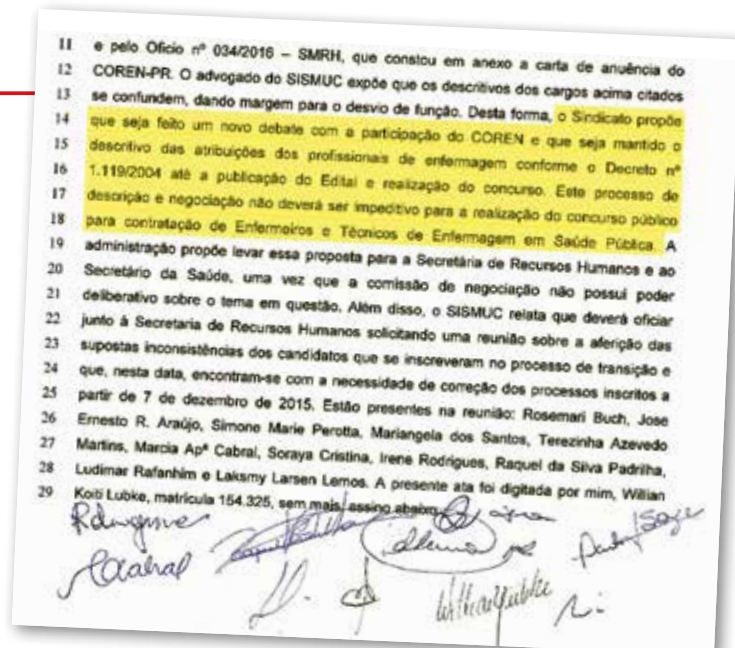
Além da questão do descritivo em si, outro problema apontado pelo sindicato foi a presença do perfil profissional, que é um conjunto de informações relativas à fiscalização do trabalho, dos profissionais e do local de atuação. “Ou seja, na visão dos gestores, uma semana seria prazo suficiente para estudar e criti-

car tanto os novos descritivos quanto este documento novo”, questiona Irene.

ENCAMINHAMENTOS. O sindicato formalizou, portanto, a proposta de que a Prefeitura realize os concursos com base nos descritivos de função atuais (Decreto 1119). Isso permitiria cumprir com os prazos eleitorais que preocupam a administração municipal e, ao mesmo tempo, realizar o debate com os trabalhadores, a gestão e o con-

selho profissional.

Frente à proposta, os representantes da gestão apontaram a necessidade de consultar tanto a secretária de recursos humanos, Meroujy Cavet, quanto o secretário de saúde, César Tilton, que não estiveram presentes na reunião. “Cabe a eles a decisão final, entre abrir o diálogo enquanto realizam o concurso com os requisitos atuais dos cargos, ou passar por cima das colocações dos trabalhadores”, conclui Irene.



Sindicato propôs que se realize concurso com descritivos atuais enquanto são construídos novos

SISMUC INFORMA

Logo após a reunião, a comunicação do RH emitiu nota no portal RH24horas na qual o diretor do Departamento de Política de Desenvolvimento de Pessoas, Sérgio Malheiros, acusa o sindicato de negar a participação dos trabalhadores na construção do novo descritivo.

“Novamente nos é estranha a postura da gestão, que faz parecer estar dando ouvidos de um lado, em mesa de negociação, mas que em seus meios de comunicação nos acusa de não dialogar”, critica Soraya Zgoda, coordenadora de comunicação do Sismuc.

O sindicato reforça que não negou, em momento algum, a participação na construção do novo descritivo. A

proposta, registrada em ata, deixa clara a disposição do Sismuc em participar da construção, mas que isso não foi possível por conta do prazo imposto unilateralmente pela administração. E ainda que isso não impede a realização do concurso nos parâmetros atuais das profissões, cujos descritivos podem ser construídos durante e após o processo seletivo e com a participação de todos. ▲

ESCOLARIDADE. Sindicato consegue mais uma semana para transições na enfermagem

Trabalhadores reclamaram do prazo e gestão estendeu até dia 5 de fevereiro

Por Phil Batiuk

O Sismuc solicitou por ofício, no dia 26, uma agenda para discutir as denúncias que a entidade vem recebendo de dezenas de auxiliares de enfermagem que estão tendo seus históricos escolares recusados ao realizar o protocolo do procedimento de transição para técnico.

A reclamação é que a Prefeitura estaria recusando históricos de ensino médio emitidos fora do Paraná. Ao recusar o documento, a administração municipal estaria exigindo uma certidão de regula-

ridade do histórico, mesmo para aqueles que possuem o carimbo da secretaria de educação dos respectivos estados.

A preocupação dos trabalhadores com o prazo exigido (de 26 a 29 de janeiro) foi respondida com a extensão do limite em uma semana, até dia 5 de fevereiro.

RESPOSTA OFICIAL. A gestão também respondeu que os auxiliares que não conseguirem fazer o procedimento por conta da comprovação de escolaridade poderão tentar novamente no ano que vem. ▲

“Mas isso não resolve o problema de quem já pode se aposentar e estava apenas aguardando a transição para fazer isso enquanto técnico”

Soraya Zgoda, coordenadora de comunicação do Sismuc



ACOMPANHE O SISMUC NAS REDES SOCIAIS!



facebook.com/sismuc.sindicato



[@sismuc](https://twitter.com/sismuc)



na pauta

Fórum Social Mundial POA

▶ Entre os dias 19 a 23 de janeiro de 2016 o Fórum Social Mundial voltou a Porto Alegre, primeira cidade onde foi sediado. As discussões este ano foram permeadas pelos ataques que a esquerda vem sofrendo: com a diminuição de direitos trabalhistas, as consequências do crime no desastre de Mariana, a crise civilizatória e a opressão à juventude, além de uma reflexão sobre as intervenções do fórum após as discussões.

POA + 15

▶▶ Contou com mais de 500 atividades temáticas e culturais pela cidade de Porto Alegre. Além da participação de militantes e ativistas do Brasil e do mundo.

Boaventura de Souza Santos trouxe uma reflexão sobre o FSM

▶ O escritor Boaventura de Souza Santos criticou a falta de implementação das ideias discutidas no Fórum. Para ele, o "nosso modelo alternativo de uma globalização contra-hegemônica fracassou foi por que há quinze anos a gente vem aqui, discute bastante, mas não tomamos nenhuma posição política".

O especialista da Universidade de Coimbra (Portugal) cobra renovação nos campos à esquerda: "Acreditávamos que naturalmente as lideranças dos nossos movimentos passariam o bastão para as novas gerações, mas o que vimos foi essas lideranças envelhecerem e expulsarem os jovens dos seus movimentos".

Marcelo Camargo | Agência Brasil



Confetam traça campanha dos municipais em Curitiba

▶ Com a presença de onze estados, a reunião da Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal (Confetam/CUT), espaço nacional do ramo, ocorreu em Curitiba de 28 a 30 de janeiro. A organização do ramo dos municipais e os cortes que, em 2016, prefeituras devem aplicar contra os servidores foram os temas abordados.

“ Muitos prefeitos terão posições oportunistas neste ano. Não podemos deixar de fazer a crítica ao sucateamento do serviço público **”**

Vilani Oliveira,
presidenta da Confetam



DEBATE

Rodolfo Stuckert/CNU



5 projetos no Congresso que atacam direitos e a democracia em 2016

Por CUT

ESTATUTO DA FAMÍLIA (PL 6583/2013)

AUTOR: deputado Anderson Ferreira (PR-PE)

▶ Determina que a família é formada exclusivamente por homens e mulheres, excluindo outros formatos familiares.

SITUAÇÃO: aprovado por comissões, aguarda a resposta ao recurso do PT, que é contra o texto ser incluído na pauta da Câmara.

PERSPECTIVA: Se for votado, tem a tendência de ser aprovado.

MAIORIDADE PENAL (PEC 171/1993)

AUTOR: deputado Benedito Domingos (PP-DF)

▶ Reduz a maioridade penal para 16 anos

SITUAÇÃO: aprovado na Câmara, está agora no Senado.

PERSPECTIVA: o Senado não aprova e vai optar por modificar o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), aumentando o tempo de reclusão e, eventualmente, retirando a condição de primário do até então menor de idade.

LEI ANTITERRORISMO (PL 2016/2015)

AUTOR: Poder Executivo

▶ Altera a lei para reformular o conceito de organização terrorista

SITUAÇÃO: aprovado na Câmara, já foi modificado pelo Senado e volta à Câmara.

PERSPECTIVA: da forma como está redigido, pode permitir que manifestações de trabalhadores possam ser entendidas como um atentado à estabilidade democrática. O movimento sindical precisa pressionar o governo para que imponha vetos a artigos com o objetivo de impedir que a definição de terrorismo alcance manifestações populares. A tendência é que seja aprovado como está.

CRIMINALIZAÇÃO DA VÍTIMA DE VIOLÊNCIA SEXUAL (PL 5069/2013)

AUTORES: deputado Eduardo Cunha e outros

▶ Abre brechas para punir qualquer pessoa que oriente o uso de método contraceptivo e preste orientações sobre o aborto legal definido pela Constituição.

SITUAÇÃO: Aguarda inclusão na pauta da Câmara. Esse projeto deve perder densidade, caso Cunha seja afastado. Não tem apoio político suficiente para, sem ele, ser pautado.

TERCEIRIZAÇÃO (PLC 30/2015)

AUTOR: Deputado Sandro Mabel

▶ Permite a terceirização sem limites

SITUAÇÃO: o projeto é a continuidade do PL 4330, aprovado na Câmara, e aguarda votação no Senado

PERSPECTIVA: tinha a tendência de ser rejeitado pelo relator, senador Paulo Paim (PT-RS). Mas começa a haver sinalização de que o Renan Calheiros (presidente do Senado) não vai mais dar o tempo que se imaginava para discuti-lo. Senado deve retirar a atividade-fim e aprová-lo, independente do parecer do Paim. O risco é o texto voltar à Câmara, onde há muitos parlamentares eleitos com recursos de empresários que pressionam pela aprovação da matéria.

MULTIMÍDIA

Conheça outros cinco projetos polêmicos em "Na Pauta", no site do Sismuc. Ou acesse <http://migre.me/sOtCU>



AGENDA



Fevereiro

04 **Comissão Lei IPMC e ICS** Horário: 14:30
Local: Ed Delta
3ª reunião de revisão da Lei 9626/99

Assembleia dos Trabalhadores da Assistência Social Horário: 19:00 | Local: Sismuc
Eleição da Comissão de Negociação da Pauta Específica 2016; Horas Extras/DSR

05 **Coletivo Smelj** Horário: 19:00
Local: Sismuc

10 **Conselho Municipal de Saúde** Horário: 14:00
Local: Sismuc

11 **Assembleia Fiscais** Horário: 19:00
Local: Sismuc

15 **Coletivo Polivalente** Horário: 19:00
Local: Sismuc

Assembleia das transições na saúde Horário: 19:00 | Local: Sismuc
Transição de cargos: discussão e encaminhamento; Descritivo de função Enfermeiro, Técnico e Auxiliar de Enfermagem; Outros informes

17 **Coletivo Professores Educação Infantil** Horário: 19:00
Local: Sismuc

19 a 21 **Congresso estadual da Fessmuc** Horário: 08:00 às 17:00
Local: Maringá

22 **Coletivo FCC** Horário: 19:00
Local: Sismuc

25 **Coletivo Aposentados** Horário: 14:00
Local: Sismuc

Coletivo Fiscais Horário: 19:00
Local: Sismuc

SAMBA ENREDO 2016. Por Derrepent Bloco Carnavalesco



Massacre Nunca mais

Vem relembrar
Dia de luta
E também de grande dor
Bombas e massacre
Foram mentiras para o nosso servidor...

Sei que você viu
Foi violência em 29 de abril...

Coisas que não se inventa
Gás de pimenta
é covardia e não se faz...

VEM VER
Foram cães raivosos
Ternos e fardas
Oh Meu Deus eu quero paz...

Lutar por decência
Vem defender
A nossa previdência

Quem bateu
Quem bateu na enfermeira
e na minha professora?

Marcharão a mil!
Luta sem rixa
É o movimento estudantil...

Vem ver e nessa historia
Somos guerreiros
Eu quero paz no meu brasil
Deixar na memória aquele
dia 29 de abril

SINOPSE

Jessica Jones

▶ Jessica Jones não é uma super-heroína comum. Apesar de pertencer ao universo da editora Marvel, assim como o Homem-Aranha, os Vingadores e o Quarteto Fantástico, ela não gosta do título e nem da vida reservada aos justicheiros. Afinal, quem é ela para vigiar, julgar e punir o próximo? É uma personagem humana, que enfrenta e pratica contradições em um mundo que mistura fantasia com realidade. O que não quer dizer que a dona da Pseudônimo Investigações Particulares não tenha superpoderes. Mas é na abordagem - tanto da protagonista quanto de Melissa Rosenberg, criadora da adaptação dos quadrinhos para o Netflix - que está o diferencial da produção. Jessica Jones vem para quebrar estereótipos e preconceitos sobre quadrinhos, combate ao crime, super-heróis e, especialmente, super-heroínas. **Disponível no Netflix**



EM FEVEREIRO...

ágora

#3

A REVISTA DOS TRABALHADORES
SISMUC

